

Filho de ACM complica mais ainda a vida do senador

Da Redação

Novas evidências complicam ainda mais a vida do senador baiano Antônio Carlos Magalhães (PFL), acusado de envolvimento no grampo de 232 telefones na Bahia. E as provas vêm de dentro da própria família. Segundo a revista *Istoé* desta semana, o filho e suplente de ACM, Antônio Carlos Magalhães Júnior, usou informações obtidas nas conversas telefônicas grampeadas durante seu meteórico mandato de 19 meses. Júnior ocupou o lugar deixado pelo pai, depois da renúncia para escapar da cassação por violação do painel eletrônico do Senado, em 2001.

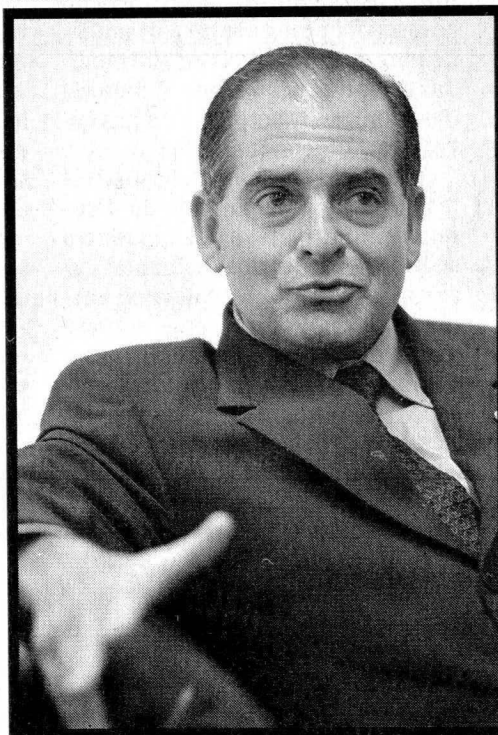
Durante sua passagem por Brasília, Júnior pouco fez. Mas, em 20 de novembro de 2002, o senador apresentou nove requerimentos de uma vez, destinados a seis ministérios (Transportes, Comunicações, Fazenda, Esporte e Turismo, Agricultura e Integração Nacional). Os documentos tratavam de assuntos captados pelo grampo. Um outro requerimento, enviado em agosto para o Ministério da

Justiça, também tinha como base questões tratadas por adversários de ACM em conversas telefônicas.

O próprio ACM deixou pistas do envolvimento do filho na manipulação de informações obtidas por meio de escutas ilegais. Em 26 de novembro do ano passado — menos de uma semana depois do pacote de requerimentos apresentados por Júnior —, ACM enviou à corregedoria-geral da União, Anadyr Rodrigues, uma correspondência protestando contra o resultado das investigações sobre seu adversário político Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). “Lamento não concordar com as informações que foram passadas à ilustre e digna ministra, daí porque já foram apresentados alguns requerimentos no Senado, pelo senador Antônio Carlos Magalhães Júnior”, dizia a correspondência.

Segundo a revista, o problema é que os requerimentos de Júnior e as conversas grampeadas

Ronaldo Oliveira



REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR ACM JÚNIOR TÊM MUITO A VER COM CONVERSAS GRAMPEADAS

das de Geddel têm muito em comum. Um dos requerimentos apresentados pelo então senador questionava se o repasse de recursos do Ministério do Esporte e Turismo para os municípios baianos de Itaparica e Mar Grande se deu por instituições governamentais ou não.

Em uma conversa captada pelo grampo em julho de 2002, o ministro Caio Luiz de Carva-

lho sugeria a Geddel que a verba destinada aos municípios fosse transferida a uma entidade local, em vez de passar pela prefeitura.

Outro requerimento de Júnior tratava da obra do porto de Alcântara, no Maranhão. O senador pedia informações sobre a obra e perguntava se algum processo teria sido “objeto de cancelamento”. Em maio de 2002, de acordo com os registros do grampo, Geddel havia conversado com o executivo da Odebrecht, Cláudio Melo, e com o presidente do PMDB, Michel Temer, a respeito do cancelamento da licitação da obra.

Na semana passada, a revista *Istoé* havia revelado a relação entre cartas-denúncia enviadas por ACM a ministros do governo Fernando Henrique Cardoso e o conteúdo das conversas grampeadas. ACM e Júnior, que deixou o gabinete mas continua como suplente do pai, terão de se explicar ao Conselho de Ética do Senado, que deve aprovar no início da semana a abertura de sindicância para investigar o caso do grampo baiano.

O senador pefelista também terá problemas com a polícia. “As investigações apontam, todas, para o senador Antônio Carlos Magalhães”, afirmou o delegado da Polícia Federal, Gesival Gomes, à reportagem da revista.